

## Partido socialista chileno: adeus ao povo\*

*Leandro Vergara-Camus\*\**

### *Resumo*

Neste artigo analiso o papel e a responsabilidade do Partido Socialista na inconclusa democratização do Chile. Identifico a decisão do partido de desmobilizar o movimento contra a ditadura como um momento fundamental da reintegração dele à política institucional em voga. Argumento que essa reintegração foi possível porque os socialistas adotaram uma nova visão de política que privilegiou as negociações e rejeitou a mobilização social como um recurso político. A prática política correspondente teve a consequência de desacreditar os políticos e os partidos. Através de entrevistas com líderes socialistas o autor demonstra o quanto a concepção elitista e institucional dominante de política e de poder impede, mesmo setores de esquerda do partido, de mudar essa situação e pensar alternativas que poderiam pôr um fim à legalidade institucional de Pinochet.

A última eleição presidencial chilena surpreendeu muitos observadores. Joaquín Lavín, candidato da direita, desafiou seriamente o candidato da coligação governista de centro (a *Concertación*), Ricardo Lagos, forçando-o a um apertado segundo turno. No primeiro, ínfimos 30.781 votos separaram ambos os candidatos. No segundo, Lagos ganhou com 51,31%, e Lavín obteve 48,69% dos votos. O que também é notável, é que nos dois turnos as abstenções atingiram 26%, incluindo os cidadãos que não se registraram, o que significa que algo em torno de 55.000 a mais eleitores se apresentaram para votar no segundo turno (Blomeier, 2000). Como pode, uma sociedade que sofreu 17 anos de regime militar e experimentou dois governos democráticos de centro-esquerda, abrigar as forças que sustentaram a ditadura militar? Como as forças que se abstiveram de votar não se mobilizaram nem mesmo neste momento peculiar?

Se examinarmos os resultados eleitorais desde 1997 ([www.elecciones.gov.cl](http://www.elecciones.gov.cl)), muitos sinais indicavam um crescimento da indiferença chilena com relação à política (Ortúzar, 1997, Riquelme, 1999). Entre os analistas da política chilena, esta indiferença e os enclaves autoritários internos à Constituição<sup>1</sup> têm sido salientados

---

\* O autor agradece a Angelica Camus, por se encarregar da tediosa tarefa de transcrever todas as entrevistas. Enrique Semo, por tornar esse projeto possível, e Paula Hevia-Pacheco, Judy Adler-Hellman, Matt Davies e Philip Oxhorn por seus comentários generosos

\*\* Doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade de York, Canadá.

<sup>1</sup> Em 1980, Pinochet organizou um referendun para legitimar uma nova Constituição, que reformava substancialmente a ordem institucional pré-existente. Essa nova Constituição criou o Conselho de Segurança Nacional e atribuiu-lhe um grande poder, portanto, às forças armadas. Entre outros mecanismos, tais como 9 senadores designados e um dispositivo de emenda altamente restritivo, combinado com o sistema eleitoral bi-nominal, a Constituição garante também uma maioria artificial à direita. No

como evidência dos limites da democratização. Neste artigo, meu propósito é enfrentar a questão da natureza limitada da democratização no Chile examinando o papel desempenhado pelo Partido Socialista Chileno (PSC). Para isso, escolhi enfatizar as opções feitas pelo PSC e sua concepção de política e poder. Meu principal argumento é que a concepção dominante, fundamentalmente institucional, eleitoralista e elitista, impede o PS de avançar a democratização no Chile. Sustento que essa concepção resulta da opção por abandonar o recurso da mobilização social, feita pelos socialistas no momento da transição para a democracia, que a transformou em uma exigência de participação na política institucional. Além disso, esta concepção, que permeia todos os setores do PSC,<sup>2</sup> tem aprisionado até mesmo correntes mais à esquerda do partido, levando-as a subordinar a mobilização da sociedade civil à política institucional.

### **A reintegração do Partido Socialista à política chilena em voga**

Em seguida ao golpe militar em 1973, o PSC embarcou num processo de reavaliação do seu papel no governo de Unidade Popular. Com o passar do tempo, as divergências ideológicas fundamentais emergiram e produziram um racha que dividiu o partido em duas organizações com visões e projetos políticos completamente diferentes (Puccio Huidobro, 1993: 128). A ala conhecida como PS-Almeyda representava a “continuidade do partido”, tinha o apoio da militância, permanência fundamentada no marxismo-leninismo e era reconhecida pela liderança nacional. A outra ala tornou-se conhecida por PS-Altamirano, depois PS-Briones e, finalmente, PS-Nuñez. Ela era muito menor, tinha apoio principalmente entre a militância exilada e pouca presença no Chile, a não ser nos círculos intelectuais. Este segundo partido, que participou do processo denominado *renovação socialista*,<sup>3</sup> desempenhou um papel muito importante na renovação política e ideológica da esquerda chilena e teve presença decisiva no tipo de transição para a democracia.

Os movimentos de protesto, que se estenderam de maio de 1983 a meados de 1986, são fundamentais para se entender a natureza da democracia chilena hoje e a relação entre os partidos políticos, particularmente o PSC, e a sociedade civil.

---

momento da transição do poder, de Pinochet a Aylwin, foram negociadas 50 modificações, mas nenhuma tocava essas características fundamentais.

<sup>2</sup> Desde a reunificação, em 1989, a militância do PSC está organizado em torno de três tendências principais. A tendência majoritária é a Nova Esquerda, que representa os setores mais à esquerda do partido e foi aliada do Partido Comunista durante grande parte do período da ditadura. A Renovação, ou Megatendência, representa a minoria mas domina predominantemente a imagem pública do partido por ocupar muitas posições no parlamento e no governo. Trata-se da ala moderada e foi o instrumento que conduziu o partido para o centro, firmando aliança com o Partido Demócrata Cristão (PDC). Entre essas duas tendências, os *terceiristas* têm tentado se apresentar como uma ala intermediária. Mas, recentemente, eles têm sido absorvidos por uma das duas principais tendências ou se juntado a um quarto grupo de militantes de base, que surgiu em 1998, denominado *Coletivo de Identidade Socialista* para pôr fim ao facciosismo criado pelas tendências.

<sup>3</sup> O processo de *renovação socialista* se refere à transformação política e ideológica de setores da esquerda chilena, ao longo do eixo eurocomunismo/social-democracia. A este respeito: Nuñez (1987), Lagos (1989), Garretón (1989), Walker (1991) e Tironi (1993)

Se considerarmos a forma espontânea e descoordenada que os protestos tiveram e acrescentarmos o fato de que os partidos políticos foram desarticulados, torna-se difícil argumentar que eles controlavam tais movimentos (Salazar-Mancilla-Durán, 1999: 259, Oxhorn, 1994a: 51, Oppenheim, 1993: 186). Mas certamente eles levaram em conta sua própria revitalização bem como a reemergência da vida pública.

Após o sucesso relativo dos poucos protestos iniciais, foram criadas duas coalizões de partidos de oposição. A *Alianza Democrática* (AD), dominada pelo Partido Demócrata Cristão (PDC), claramente centrista, que incluía, entre outros, o PS-Nuñez. O PS-Almeyda foi convidado a participar, mas declinou por recusar-se a aceitar a exclusão do Partido Comunista (PCC) exigida pelo PDC; em lugar disso, optou por participar de uma coalizão claramente de esquerda, o *Movimiento Democrático Popular* (MDP), que incluía o PCC, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) e outros pequenos grupos de esquerda.

As duas coalizões divergiram muito quanto ao papel dos protestos na derrota de Pinochet. A AD os via mais como uma ferramenta tática que forçaria o regime militar a negociar, enquanto o MDP os via como uma estratégia para forçar o regime a renunciar ao poder. Essas duas estratégias também implicaram diferentes tipos de liderança: uma visão tradicional e elitista por parte da AD, em contraste com uma ênfase mais de base por parte do MDP, hegemônico pelo PCC, que tinha uma forte presença nas *poblaciones* (espécie de favelas). Segundo Roberto Pizarro<sup>4</sup>, a liderança do PS-Nuñez entendia antecipadamente que a transição caminhava para negociações internas à elite chilena. Sob essas circunstâncias, o PS-Nuñez procurava quadros com vínculos pessoais próximos às estruturas de poder da política chilena (os militares, a igreja e os grupos econômicos).

Embora o crescimento do nível de violência tenha sido mais uma reação espontânea dos setores populares à repressão do Estado, do que uma tática consciente do MDP (Guillaudat-Mouterde, 1998), a violência generalizada dos protestos distanciou ainda mais as duas coalizões. À medida que o tempo passava e os protestos eram acompanhados por maior brutalidade da polícia, eles encontravam oposição crescente da classe média (Oxhorn, 1994a; Garretón, 2001). Assim, a AD optou por mudar o formato dos protestos para eventos mais pacíficos, tais como comícios em locais fechados (Moulián, 1997: 297).

Já no primeiro estágio deste duplo assédio do período, a AD rebaixou substancialmente suas demandas ao regime e se prontificou a reconhecer a Constituição de 1980. O momento decisivo ocorreu em setembro de 1986, quando a *Frente Patriótica Manuel Rodríguez*, um movimento de guerrilha urbana,

---

<sup>4</sup> Pizarro não foi membro de qualquer um dos principais partidos socialistas, mas participou de pequenos grupos que adotaram esta perspectiva. É um dos indivíduos a quem se credita a elaboração do documento de unificação do partido, em 1980. Foi embaixador no Equador durante o governo Aylwin e, por um curto período, ministro do desenvolvimento e planejamento econômico (MIDEPLAN), sob a administração Frei, de agosto de 1996 a janeiro de 1997. Há muitos anos tem se engajado ativamente na comissão de programa do Partido Socialista e se identifica como membro do *Nueva Izquierda*.

próximo ao PCC, falhou na sua tentativa de assassinar Pinochet. Com o início de um segundo estágio deste assédio e uma onda de repressão brutal, Pinochet espalhou o medo do caos na classe média e tornou a transição pactuada repentinamente mais atraente. Foi então que a grande maioria dos partidos políticos optou por participar do plebiscito de 1988, sobre a permanência de Pinochet. Como um momento róseo para essa estratégia, o PS-Almeyda abandonou a aliança com o PCC e o MIR e juntou-se à *Concertación de Partidos por el No*.

A decisão de participar do plebiscito empurrou os partidos da *Concertación* para a cena eleitoral e institucional. Pensava-se que a campanha para o cadastramento de eleitores e o acesso à mídia e à televisão seriam um meio fácil de se reinserir na sociedade civil (Oxhorn, 1994b: 54) a partir de cima. Matt Davies argumenta que: “O uso da televisão como o lugar da mobilização política significou que o povo, como protagonista político, foi retirado das ruas e enviado de volta para a sala de estar, para a frente da tela; de público voltou a privado” (1999: 157).

Foi aí que os movimentos de protestos perderam sua vez. Não tanto porque os partidos fossem suas fontes de energia e liderança, como argumenta Moulián (1997: 300), mas, antes, por causa de uma estratégia consciente dos líderes da AD. De fato, partidos como o PS-Almeyda e o PDC minaram e desmobilizaram ativamente a participação popular (Oxhorn, 1994a, Salazar et al. 1999).

A escolha dos partidos da *Concertación* de priorizar a política institucional não só marginalizou a mobilização popular como, também, levou à monopolização do espaço político pelos partidos. Ainda mais importante, estabeleceu-se esta forma particular de fazer política, caracterizada pela negociação entre os partidos. Para os dois partidos socialistas, especialmente o mais tradicional (o PS-Almeyda), isto significou também adotar uma nova imagem de moderação e conciliação. Com a vitória da *Concertación de Partidos por la Democracia* nas eleições de 1989, esta forma de fazer política foi internalizada pelos principais atores políticos, inclusive a grande maioria dos líderes de ambos os partidos socialistas. Segundo Posner, da maneira como o processo foi conduzido, “criou-se um fosso entre a elite e a base partidária, o qual, aparentemente só tem se ampliado desde a transição para a democracia” (1999: 61).

### **O PS pós-ditadura**

Após a experiência das campanhas para o plebiscito e para as eleições de 1989, estabeleceu-se a pauta para a reunificação do PS. O PS unificado incluía o PS-Almeyda, o PS-Nuñez, o MAPU e outros pequenos grupos. As bases doutrinárias da unificação incorporaram muitas das formulações desenvolvidas anteriormente pela *renovación*, tal como um papel mais restrito e institucionalizado do partido na sociedade política, embora mantido um certo conteúdo de classe caro aos *almeydistas* (Ayala, 1993).

Entretanto, a integração de novas figuras políticas (particularmente aquelas sem tradição socialista) durante a reunificação deixou suas marcas. Em alguma medida, existe um certo ressentimento em relação a eles porque estão entre as

figuras públicas mais visíveis do PSC (Roberts, 1995: 510). Isto se deve parcialmente ao fato de os ex-líderes do MAPU terem sido decisivos na formação da *Concertación* e para mantê-la como coalizão governista nos últimos 14 anos.

Segundo Pizarro (1998), a questão não é simplesmente ideológica e tem a ver com a origem de classe de muitos daqueles líderes. Os ex-membros da MAPU, agora da *renovación*, são fundamentalmente de origem pequeno-burguesa, enquanto os membros da *nueva izquierda* vêm principalmente da base da classe trabalhadora. Em contraste com outros setores do partido, os renovados são figuras públicas reconhecidas e sabem manipular os mecanismos do poder (Hite, 1996: 318). Conseqüentemente, eles se beneficiam do seu *status* e de suas conexões com setores poderosos da sociedade, tais como os grupos econômicos, a igreja, a mídia e até mesmo, em certos casos, os militares (Pizarro, 1998). A análise que este autor faz, da situação da sociedade chilena sugere uma política de classe na qual os *renovados* encontraram seu lugar.

Os líderes renovados da *megatendencia* têm uma “vida social”. Eles aparecem nas páginas sociais do *El Mercurio*.<sup>5</sup> Podem ser vistos em recepções das embaixadas e nos principais eventos sociais e culturais do país. São vistos em grandes eventos organizados no *La Moneda*<sup>6</sup> em homenagem a chefes de Estado estrangeiros. Há uma vida social entre eles, que se visitam e são amigos. (...) Suas esposas e cônjuges são conhecidos socialmente. Isto é uma cultura na vida dos subúrbios ricos de Santiago” (Pizarro, 1998).

Para o PSC, isto representa uma mudança significativa da sua imagem passada de um dos representantes da classe trabalhadora, na medida em que os setores renovados o levaram a transformar-se em um “partido de cidadãos” e representante de “todos os setores progressistas da sociedade”. A reação da *nueva izquierda* e dos *terceristas* tem sido insistir na identidade do partido da classe trabalhadora e eles têm zelado para manter isto nos documentos oficiais do partido. Todavia, com esta nova imagem, o PSC tem perdido sua capacidade de representar os setores populares.

### **A legalidade da ditadura e a “Concertación”**

Quando Pinochet derrubou o governo Allende, o regime militar reverteu a quase totalidade das reformas e iniciou, poucos anos depois, um profundo processo de reformas de tipo oposto, neoliberais, sem precedentes no continente americano, que tiveram um enorme impacto social, econômico, político e cultural na sociedade chilena (Moulián, 1997). Entre as reformas neoliberais, a promulgação do novo código trabalhista, em 1979, foi provavelmente a que teve impacto de maior alcance nas estruturas econômica e social do país (Lear-Collins, 1995, Vergara-Camus, 1999). Essa reestruturação neoliberal, a Constituição de 1980 e o sistema eleitoral binominal<sup>7</sup> são conhecidos como a “legalidade da ditadura”, que ainda hoje estrutura a política e a sociedade chilenas.

---

<sup>5</sup> Jornal mais influente do Chile.

<sup>6</sup> Palácio presidencial, sede do governo em Santiago.

<sup>7</sup> No sistema eleitoral chileno, um partido ou coalizão precisa ter duas vezes mais votos que a oposição para ganhar as vagas distritais; de outra maneira, a segunda vaga é atribuída a segunda maioria. Atualmente, isso tem significado que a expressiva maioria

Para explicar a atual situação de desgaste da democratização, que é acompanhada pelo crescimento da apatia política, muitos socialistas recorrem a essa legalidade da ditadura. Se muitos líderes socialistas tendem a se eximir da responsabilidade pela situação atual, alguns estão dispostos a aceitar uma parte mínima da culpa. Reconhecendo que durante o processo de negociação da transição para a democracia, alguns erros importantes foram cometidos. German Correa<sup>8</sup> comenta:

Uma vez conquistado o plebiscito, houve uma discussão importante no interior da *Concertación* (...) durante a ditadura, a Constituição de 1980 incluiu o plebiscito nacional como matéria de interesse político nacional. Quando estávamos negociando a reforma, alguns almeydistas - infelizmente apenas alguns - apoiaram a idéia de negociar a manutenção do plebiscito na Constituição (...) Mas perdemos (...) Perdemos esta discussão e todos os nossos amigos democratas-cristãos, do PS-Nuñez e todos os outros (Correa, 1998).

Construída a *Concertación* como coalizão governista e a confirmação do PDC como primeira força eleitoral, o PSC unificado teve que assumir o papel de segundo parceiro da Democracia Cristã e moderar sua estratégia, seu discurso e seu projeto político (Roberts, 1996). Uma das primeiras transformações políticas foi abandonar definitivamente a idéia de recorrer ao povo e adotar o entendimento estritamente institucional de política. A entrevista de German Correa demonstra como essa transformação não foi automática, mas acabou sendo imposta pelos setores dominantes da *Concertación* que, há muito tempo, tinha tomado esse caminho:

No governo Aylwin, optamos por uma determinada estratégia, embora houvesse alternativas. A estratégia adotada... foi de institucionalizar o conflito, confrontar a direita no terreno da institucionalidade. (...) Em várias ocasiões, em discussões que tivemos internamente ao governo do presidente Aylwin, alguns de nós argumentavam: “vamos confiar no povo, não vamos confrontar a direita no parlamento (...)”. Mas esta opção era sempre rejeitada: “Não, não, agora estamos no governo. Agora é diferente”. As pessoas até faziam piadas quando eu propunha essas coisas: “Aí vem ele outra vez, o presidente do MDP”, ou “O chinês,<sup>9</sup> o presidente do MDP em seu ressurgimento, novamente!” (Correa, 1998).

Essas piadas indicam o quanto a mobilização social era anacrônica para a maioria da elite dirigente, já no primeiro governo da *Concertación*. A política tornara-se coisa para políticos, não para o povo. Pactos políticos, negociações

---

eleitoral da *Concertación* (coalizão governista) não tem sido traduzida proporcionalmente em termos de vagas e a direita tem sido constantemente recompensada porque ela tende a conquistar em torno de 33,4% dos votos. Para os custos em termos de deputados e senadores, ver Posner, 1999: 75.

<sup>8</sup> Ele é membro do PSC desde os anos 1960. Após o golpe militar, tornou-se membro do Comitê Central interno na clandestinidade do partido. Ele participou do PS-Almeyda e foi presidente do MDP. Em seguida, participou da *Concertación por el No* e tornou-se ministro dos transportes e das comunicações durante o governo Aylwin, antes de resignar-se a ser presidente e administrar o PSC unificado. No primeiro gabinete Frei, ele teve uma rápida passagem, de março a setembro de 1994, como ministro do interior. Por longo tempo, ele foi reconhecido como o líder da tendência *tercerista* e tornou-se parte do *Coletivo de Identidad Socialista*, em 1998.

<sup>9</sup> Apelido dado às pessoas com olhos amendoados.

centradas exclusivamente nas elites e a pretensa *política de los consensos* foram estabelecidos como a principal forma de operar as políticas públicas (Posner, 1999: 64). Os “limites do possível” deviam ser considerados delineados pelo arranjo institucional herdado da ditadura; qualquer modificação da ordem neoliberal teria de vir de fora dos partidos envolvidos na via parlamentar ou de fora das “negociações informais” com os militares.

Para os *renovados*, esse é o resultado do processo de “normalização da política”, que tinha se estabelecido desde o retorno ao governo democrático, que contrasta com o período de luta contra a ditadura. O comentário de Antonio Viera-Gallo<sup>10</sup> ilustra a questão:

Penso que o maior problema com o partido socialista é que ele não fez a paz com a sociedade. Ele ainda está preso na guerra fria. Dito isto, estar em paz não significa evadir-se ou aquiescer. Como Delor, o importante socialista francês, acho que não devemos pretender uma *mudança de sociedade* mas, de preferência, *mudar a sociedade*, melhorá-la para que ela venha a funcionar melhor (Viera-Gallo, 1998).

Essa “normalização da política” coloca novos limites para a responsabilidade dos diferentes agentes políticos. Como em qualquer democracia liberal, o papel dos partidos e dos políticos está agora limitado a representar os interesses do eleitorado no parlamento. Essa visão da política corresponde a uma concepção particular de poder político, bem como a um entendimento particular da relação entre a política e a sociedade civil, o que não se restringe aos *renovados*. Setores de esquerda também partilham uma concepção de poder centrada nas instituições políticas.

Antes, não havia parlamento, conseqüentemente os parlamentares não contavam. Hoje, há parlamentares e o parlamento é um espaço de poder. Antes, não estávamos no governo, por isso não tínhamos um relacionamento constitucional. Hoje, estamos no governo e temos tal relacionamento e este também é um espaço de poder, um espaço político. (...) Hoje, o poder está em outros lugares. Está no parlamento, no governo. (...) Antes, a liderança social era muito relevante. Hoje, quando os espaços de poder se abrem, a influência dessas lideranças declina. (...) Em outras palavras, durante o período da ditadura, a presidente da CUT era a figura política chave. Hoje não é. Um ministro ou o presidente da Câmara é (Aleuy, 1998).<sup>11</sup>

Claro, fazer política sob uma ditadura militar implica táticas e estratégias particulares que não são necessárias sob uma democracia liberal. Entretanto, essa diferença adquire um outro significado quando se considera a organização da sociedade civil e a mobilização social apenas correspondente à luta contra a ditadura. Esse tipo de posição esquece que política, mesmo numa democracia, é uma luta pelo poder em que os atores mobilizam as forças relativas que possuem e

---

<sup>10</sup> Ele esteve envolvido na política chilena desde os anos 1960. Durante a ditadura, foi membro do MAPU-Obrero-Campesino e participou do processo de *renovación*. Desde 1990 ele tem sido eleito deputado, foi líder da bancada socialista no parlamento e, atualmente, é senador. Está entre as maiores figuras renovadas da *renovación* ou *megatendencia*.

<sup>11</sup> No momento da entrevista, em 1998, Francisco Aleuy era membro do comitê editorial do jornal *La Nación*, de propriedade do governo, e vice-presidente do PSC. Ele foi da Nueva Izquierda.

que, historicamente, para a esquerda, essa força tem se apoiado na mobilização social.

### **“Os Limites do Possível”: a legalidade de Pinochet, a “*Concertación*” e a “*Realpolitik*”**

De 1990 a 2004, a *Concertación* administrou com vistas à manutenção do nível de crescimento acima de 8%, reduzir a inflação e o desemprego em torno de 7% e elevar substancialmente o salário mínimo. Ela acumulou superávit orçamentário enquanto cresciam significativamente os gastos sociais e diminuía o número de famílias vivendo na pobreza. Entretanto, ela o fez por seguir a diretriz econômica estabelecida pelo regime militar e, por isso, não tem sido capaz de reduzir as disparidades entre ricos e pobres, que está entre as maiores da América Latina (Vergara-Camus, 1999). Em questões-chaves, a *Concertación* não tem feito progresso significativo. A reforma da legislação trabalhista de Pinochet é um exemplo. Desde 1990, a coalizão governista tem tentado estender a política de consenso e cooperação à esfera das relações trabalhistas e algumas melhoras têm sido obtidas (Cortázar, 1995). Mas o cerne da legislação trabalhista, que impede a sindicalização, por exemplo, continua intacto. Isto se deve, principalmente, ao fato de que a direita, usando sua maioria no senado, garantida pela Constituição de Pinochet, bloqueia qualquer reforma substancial.

Conseqüentemente, a necessidade de eliminar os entraves autoritários da constituição de 1980 e o sistema eleitoral binominal tem estado em todos os programas do PSC. Além da direita, a maioria dos atores e partidos políticos concorda que a Constituição tem de ser modificada para uma democracia completa no Chile. Para a maioria dos *renovados*, o canal apropriado para resolver essa questão continua sendo o dos mecanismos institucionais ou das práticas estabelecidas no interior do sistema político. Em suma, principalmente a contínua procura de consensos e acordos com a direita. Para a esquerda do PSC, entretanto, os dois primeiros governos da *Concertación* mostraram que a direita não tem intenção de abandonar sua posição privilegiada. Muitas vezes no interior do partido vêm, por isso, formulando a possibilidade de criar um expressivo movimento social em favor das mudanças institucionais que, finalmente, permitirá fechar a transição para a democracia.

Mas em entrevistas com socialistas que defendem essa mudança, são claramente perceptíveis os efeitos contraditórios da concepção dominante de política e de poder. A solução que eles propõem exige uma ruptura decisiva com a linha política adotada pelo partido, mas, constantemente, acaba girando em torno da tática que tem sido seguida até agora. Algumas entrevistas ilustram o beco sem saída em que o PSC se encontra, como parte de um sistema institucional que fixou um determinado código de conduta para a esquerda:

Precisamos fazer modificações para que a “*Realpolitik*” seja capaz de reencantar o povo. Não se pode propor tarefas políticas ilusórias. O povo não acredita quando vê que você não é capaz de se livrar dos senadores designados, de Pinochet, dos juizes da Corte suprema (...) quando não se é capaz de lutar (...). Esse é o problema. As pessoas sabem disso. É por isso que elas não acreditam nos partidos. Elas sabem que no Chile os partidos não têm poder para assegurar que a maioria governe. No Chile isto não acontece. No Chile, a



minoria governa. No Chile, a direita governa e controla tudo: os senadores designados, a Corte Suprema (Aleuy, 1998).

O dilema dos militantes que se batem pela construção de um apoio popular ativo pelas reformas institucionais consiste em achar uma maneira de lidar com a situação de desencanto político e falta de credibilidade dos políticos que prevalecem na sociedade chilena. Essa falta de credibilidade tem, certamente, algo a ver com o discurso neoliberal durante o período da ditadura; mas é notável que a escolha da política do consenso foi um tiro pela culatra para os socialistas. Apesar disso, para Camilo Escalona,<sup>12</sup> o dilema de mobilizar um forte apoio social em favor de mudança institucional poderia ser resolvido pela liderança política:

O que precisamos é de uma liderança política capaz de dar um novo impulso ao processo democrático. Não tenho dúvida de que o poder que Ricardo Lagos<sup>13</sup> tem aos olhos da opinião pública é devido ao fato de que o povo progressista deste país, predominantemente, vê nele a liderança que conduzirá o processo além do emaranhado em que tem estado nos últimos anos. Não é uma questão de formulação teórica. É uma questão de vontade política prática (Escalona, 1998).

Com efeito, em 1998, para muitos socialistas de todas as tendências, a possível eleição de Ricardo Lagos representou a possibilidade de dar uma orientação mais progressista à *Concertación* e adotar uma linha política que enfatizaria a necessidade das reformas institucionais. Mas, com Lagos presidente desde 2000, não mudou muito. Com o crescimento do desencanto da cidadania com a *Concertación*, acentuada por muitos escândalos no governo Lagos, a direita pode muito bem ganhar a próxima eleição presidencial. Mesmo sob esse cenário catastrófico, a chance de imprimir outra orientação ao partido é quase nula. Mas até mesmo o estimado PSC agora tem menor presença nas *poblaciones* do que a direita (Lazo, 1998) e não canaliza os recursos necessários para os ativistas de base (Posner, 1999: 68). Mais importante ainda, apesar de algumas diferenças, a maioria esmagadora das lideranças partilha uma visão de política elitista e institucional. Isto impede qualquer estratégia que considere o poder político como um fenômeno que se manifesta por toda a sociedade e no qual a mobilização é uma das forças da esquerda.

#### Bibliografia:

ALEUY, F. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 4<sup>th</sup>.

---

<sup>12</sup> Militante do PSC, de longa data. Durante a ditadura ele participou do PS-Almeyda. Ocupou todas as posições de liderança dentro do partido. Desde o fim da ditadura, elegeu-se deputado em duas ocasiões e foi presidente do partido duas vezes, de 1994 a 1998 e de 2000 a 2003. É muito popular junto aos soldados rasos e ao líder da *Nueva Izquierda*.

<sup>13</sup> Lagos é uma figura política peculiar dentro da esquerda chilena. Vindo do centro e do pragmático Partido Radical, tornou-se membro do PSC em 1972. Ele conquistou fama quase instantânea em 1988, durante a campanha para El No, quando, em rede nacional de televisão, virou-se para a câmara e desafiou diretamente a Pinochet (Ortúzar, 1998: 51). Tão excepcional é sua situação dentro da esquerda parlamentar que ele é a única pessoa admitida como membro do PSC e do PPD. Em 1992, todos os demais membros foram instados a escolher seu partido.

- AYALA MORALES, P. (1993). *Socialisme et démocratie : conflit idéologique au sein du parti socialiste du Chili (1974-1989)*. Montréal: Université du Québec. Master's Thesis in Political Science.
- BLOMEIER, H.-H. (2000). "Elecciones presidenciales en Chile. Doble virtual empate con un ganador". <http://www.kas-ciedla.org.ar/archivo/blomeier.pdf>
- CORREA, G. (1998). *Interviewed by author*, Santiago, June 8<sup>th</sup>.
- CORTÁZAR, R. (1995). "Équité, flexibilité et croissance: l'expérience chilienne", in OCDE. *Tension sociales, création d'emplois et politique économique en Amérique Latine*. Paris: OCDE.
- DAVIES, M. (1999). *International Political Economy and Mass Communication in Chile. National Intellectuals and Transnational Hegemony*. London: Macmillan Press.
- ESCALONA, C. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 9<sup>th</sup>.
- GARRETÓN, M. A. (1989). "The Ideas of the Socialist Renovation in Chile". *Rethinking Marxism*, vol. 2, no. 2, summer.
- \_\_\_\_\_. (2001) [1989], "Popular Mobilization and the Military Regime in Chile: the Complexities of the Invisible Transition". In: Eckstein, Susan, (org.). *Power and Popular Protest. Latin American Social Movements*. Berkeley: University of California Press.
- GUILLAUDAT, P. & MOUTERDE, P. (1998). *Los movimientos sociales en Chile, 1973-1993*. Santiago: LOM Ediciones.
- HITE, K. (1996). "The Formation and the Transformation of Political Identity: Leaders of the Chilean Left, 1968-1990". *Journal of Latin American Studies*, vol. 28, no. 2, may.
- LAGOS, R. (1989). "Dos conceptos clave de la renovación socialista en Chile". *Nueva Sociedad*, no. 101, June.
- LAZO, C. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 4<sup>th</sup>.
- LEAR, J. & COLLINS, J. (1995). "Working in Chile's Free Market". *Latin American Perspectives*, issue 82, vol. 1, no. 1.
- MOULIÁN, Tomás (1997). *Chile Actual. Anatomía de un mito*. Santiago: LOM Ediciones-ARCIS.
- NUÑEZ, R. (1987). "Foro latinoamericano. Ideología, democracia, partidos II.". *Nueva Sociedad*. no. 92, November-December.
- OPPENHEIM, L. H. (1993). *Politics in Chile. Democracy, Authoritarianism, and the Search for Development*. Boulder: Westview Press.
- ORTÚZAR, X. (1997). "Chile: las últimas elecciones parlamentarias, voto de castigo para la coalición gobernante". *Proceso*, 1103, December 21<sup>st</sup>.
- \_\_\_\_\_. "Los debates internos por la sucesión presidencial hacen tambalear a la coalición gobernante en Chile". *Proceso*, 1125, May 24<sup>th</sup>.
- OXHORN, P. (1994a). "Where Did All the Protesters Go? Popular Mobilization and the Transition to Democracy in Chile". *Latin American Perspectives*, Issue 82, vol. 21, no. 3, summer.
- \_\_\_\_\_. (1994b). "Understanding Political Change After Authoritarian Rule: The Popular Sectors and Chile's New Democratic Regime". *Journal of Latin American Studies*, vol. 26, no. 2, May.
- PIZARRO, R. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 9<sup>th</sup>.
- POSNER, Paul W. (1999) "Popular representation and political dissatisfaction in Chile's New Democracy". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 41, no. 1, spring.
- PUCCIO HUIDOBRO, O. (1993). "Partido Socialista". In: CUEVAS FARREN, G. (org.). *La renovación ideológica en Chile. Los partidos y su nueva visión estratégica*. Santiago: Instituto de Ciencia Política, Universidad de Chile.
- RIQUELME SEGOVIA, A. (1999). "Quiénes y porqué "no están ni ahí"? Marginación y/o automarginación en la democracia transicional. Chile. 1988-1997.". DRAKE, P &

- JAKSIC, I. (org.) *El modelo chileno. Democracia y desarrollo en los noventas*. Santiago: LOM Ediciones.
- ROBERTS, K. (1995). "From Barricades to the Ballet Box: Redemocratization and Political Realignment in the Chilean Left", *Politics and Society*, vol. 23, no. 4, December.
- \_\_\_\_\_. (1996). "Rethinking Economic Alternatives: Left Parties and the Articulation of Popular Demands in Chile and Peru". In: CHALMERS, D. *et alii*. *The New Politics of Inequality in Latin America. Rethinking Participation and Representation*. Oxford: Oxford University Press.
- SALAZAR, G; MANCILLA, A. & DURÁN, C. (1999). "Estado, legitimidad, ciudadanía". In: SALAZAR, G. & PINTO, J. *Historia contemporánea de Chile*. Santiago: LOM Ediciones.
- TIRONI, E. *et alii*. (1993) *Después de Marx*. Santiago, Documentas.
- VERGARA-CAMUS, L. (1999). "Chile, ¿el jaguar de Sudamérica?: mito y realidad". *Quórum*, no. 67, July-August.
- VIERRA-GALLO, J. A. (1998). *Interviewed by author*. Santiago, June 8<sup>th</sup>.
- WALKER, I. (1991). "Democratic Socialism in Comparative Perspective". *Comparative Politics*, vol. 23, no. 4, July.